

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 62.588 - SP (2019/0380719-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : ALEXANDRE SOARES LOUZADA
ADVOGADO : ALEXANDRE SOARES LOUZADA - SP231018
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL PENAL. DEFESA QUE NÃO APRESENTA ALEGAÇÕES FINAIS. RECUSA INJUSTIFICADA. MULTA. ART. 265 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. APLICAÇÃO. POSSIBILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO SÃO PAULO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça Paulista, que denegou a segurança por concluir que a multa foi devidamente aplicada, nos termos do art. 265 do Código de Processo Penal (Mandado de Segurança Criminal n.º 2130728-37.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Lorena/SP, nos autos da ação penal n.º 3001823.08.2013.8.26.0323, invocando o art. 265 do Código de Processo Penal, aplicou ao Advogado Pedro Emilio May, inscrito na OAB/SP 26.643, por abandono do processo.

Defende o Recorrente, em suma que a multa prevista no art. 265 do Código de Processo Penal "*não é aplicável para abandono de um único ato específico tal como ocorre no presente caso*" (fl. 203), no qual o patrono apenas deixou de apresentar alegações finais.

Busca, assim, o deferimento de liminar para suspender os efeitos da decisão que multou o advogado até o julgamento de mérito deste mandado de segurança. No mérito, requer que seja cassada a multa de 10 (dez) salários mínimos aplicada ao causídico, bem como seja cancelada a certidão de inscrição da dívida e protesto.

Indeferida a liminar (fls. 427-429).

O Ministério Público Federal manifesta-se pelo desprovimento do recurso ordinário (fls. 434-438).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

A insurgência não merece prosperar.

O Juízo de primeiro grau informa (fls. 172-173) que o Defensor foi intimado para apresentar memoriais defensivos em 03/03/2016, via DJE. Os autos foram retirados de cartório pelo causídico em 15/04/2016, contudo, até 06/11/2016, não os devolveu, tampouco apresentou a peça defensiva. Por esta razão, vislumbrando evidente abandono do processo por parte da Defesa, ante o largo lapso temporal percorrido sem manifestação e devolução dos autos, o Magistrado aplicou multa nos termos do art. 265 do CPP (fls. 126), bem como reconheceu ter havido prescrição da pretensão punitiva, considerando a pena em perspectiva.

O acórdão recorrido manteve a multa aplicada, ao denegar a segurança, com a seguinte fundamentação (fls. 189):

"Com efeito, verifico que o Advogado PEDRO EMILIO MAY, após o encerramento da audiência de instrução, debates e julgamento, em que patrocinou a defesa de Carlos Alberto Andrade Passos, foi intimado para apresentar as suas razões finais (fls. 571/572 do feito principal).

Dias depois, o retirou o processo do Cartório e permaneceu com os autos no seu escritório por meses, depois do que os devolveu.

É certo, ainda, que o Advogado não apresentou os seus memoriais e nem nenhuma justificativa para a sua inércia (fl. 593 do feito de origem).

Portanto, a aplicação da multa prevista no artigo 265 do Estatuto de Rito era mesmo de rigor."

Segundo precedentes do Superior Tribunal de Justiça, a desídia injustificada na prática de ato processual se enquadra no conceito de *abandono* e autoriza a aplicação da multa do art. 265 do Código de Processo Penal, **não sendo necessário o definitivo afastamento do patrocínio da causa.**

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA DO ART. 265 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP. IMPOSIÇÃO. ABANDONO DO PROCESSO CONFIGURADO. RAZÕES DO APELO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO. RECONHECIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Impende consignar que os arts. 932 do Código de Processo Civil - CPC c/c o 3º do Código de Processo Penal - CPP e 34, XI e XX,

do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça - RISTJ, permitem ao relator negar seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante nos Tribunais superiores, não importando em cerceamento de defesa ou violação ao princípio da colegialidade (RHC 59.075/MG, Rel. Ministro FELIX FISCHER, DJe de 1/4/2016). 2. Não há direito líquido e certo a ser assegurado via presente recurso, posto cabível a aplicação da multa do art. 265 do CPP por abandono do processo pela defensora constituída, na hipótese em que, devidamente intimada, por duas vezes, pessoalmente e por publicação por edital, para apresentação razões da apelação, manteve-se inerte, não dando ao Juízo justificativa plausível. Outrossim, impende afirmar que não há falar em inconstitucionalidade da norma em debate, posto conforme orientação jurisprudencial deste Superior Tribunal de Justiça - STJ ausentes ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no RMS 59.163/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 29/03/2019; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA POR ABANDONO DO PROCESSO. ART. 265 DO CPP. ADVOGADO INTIMADO POR DUAS VEZES. COMPROVAÇÃO DE IMPEDIMENTO EM RAZÃO DE ESTADO DE SAÚDE. INEXISTÊNCIA. ABANDONO CONFIGURADO. IMPOSIÇÃO DA MULTA. ADEQUAÇÃO. RAZÕES DO APELO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO. RECONHECIDA. CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 265 DO CPP. RECONHECIMENTO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - No caso, restou demonstrado que o advogado, mesmo intimado por duas vezes para apresentar as razões do recurso de apelação, quedou-se inerte, restando demonstrado o abandono processual, a determina a aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP.

II - Não se comprovou o alegado estado debilitado de saúde do advogado, que em tese poderia afastar a conclusão de que agiu com desídia. Vale destacar que no mandado de segurança, eventual direito líquido e certo deve ser comprovado de plano.

III - Esta Corte, em diversas decisões, entende que não apresentadas as razões pelo causídico nomeado pelo réu, deverá ele ser intimado para nomear novo patrono e, caso indique ou permaneça inerte, deverá ser nomeada a Defensoria Pública ou Defensor Dativo, para a realização do ato, que, portanto, não pode ser considerado indispensável.

IV - Firmou-se nesta Corte Superior o entendimento de que a sanção determinada pelo art. 265 do CPP não acarreta ofensa ao contraditório e à ampla defesa, mas representa estrita observância ao regramento legal. Não há que se falar, portanto, em inconstitucionalidade da norma.

Agravo regimental desprovido." (AgRg no RMS 57.637/SP,

Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 06/09/2018; sem grifos no original.)

"RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA COMINADA A ADVOGADO POR ABANDONO DO PROCESSO. ART. 265 DO CPP. CONSTITUCIONALIDADE. INTIMAÇÃO, POR DUAS VEZES, PARA APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS. INÉRCIA INJUSTIFICADA. PENALIDADE DEVIDAMENTE MOTIVADA. EXISTÊNCIA DE ACORDO PESSOAL ENTRE DOIS DOS PATRONOS DA CAUSA QUE NÃO EXIME NENHUM DOS DOIS DE APRESENTAR PETIÇÃO EM JUÍZO RENUNCIANDO EXPRESSAMENTE AO MANDATO.

1. O Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido da constitucionalidade do art. 265 do Código de Processo Penal. Dessa forma, enquanto não sobrevier decisão do Supremo Tribunal Federal em sentido contrário, não há qualquer óbice à aplicação da multa trazida no artigo em comento. Precedentes.

2. Configura-se o abandono do processo se os patronos do réu, embora intimados por duas vezes para apresentara alegações finais, assim como da possibilidade de aplicação da multa do art. 265 do CPP em caso de inércia injustificada, quedam-se silentes, somente vindo a peticionar nos autos quase um ano depois, alegando não mais representar.

3. Situação em que, embora a impetrante e o advogado que representava o réu afirmem terem sido dispensados de seus serviços em 14/07/2015, somente comunicaram tal dispensa ao juízo em 19/04/2017. E, contradizendo sua alegação, o colega da impetrante peticionou, em carta precatória, requerendo adiamento da audiência para interrogatório do réu, em 13/04/2016.

4. Um acordo pessoal entre a ora recorrente e o outro causídico que, juntamente com ela, figurava como representante da parte em ação penal não a exime da obrigação, da qual tem ciência até por dever de ofício, de renunciar expressamente ao mandato que lhe fora outorgado, comunicando tanto seu cliente quanto o Juízo. Se não o fez, deve responder pelas consequências de sua postura, valendo seu acordo, no máximo, para pleitear do seu antigo chefe o ressarcimento da multa a si imposta.

5. Recurso a que se nega provimento." (RMS 56.179/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MULTA POR ABANDONO DA CAUSA. ILEGALIDADE DO ATO. NÃO OCORRÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO VIOLADO. PROVIMENTO NEGADO.

1. Muito embora o advogado tenha tomado ciência inequívoca da nova data para o ato, assinando, inclusive o termo da audiência, a ele

Superior Tribunal de Justiça

não compareceu, nem tampouco cuidou de suscitar suposta nulidade quando intimado para apresentar memoriais. Preferiu quedar-se silente, sem qualquer justificativa.

2. Assim, a decisão do juízo devidamente fundamentada, acolhendo pedido feito pela Defensoria Pública de imposição de multa ao causídico, nos termos do art. 265 do Código de Processo Penal, não ofende direito líquido e certo do advogado porquanto caracterizado o abandono da causa.

3. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no RMS 52.551/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 25/04/2017, DJe 03/05/2017.)

Também não prospera a alegação de que não houve abandono da causa.

Com efeito, está justificada a aplicação da multa do art. 265 do Código de Processo Penal, diante da recusa injustificada de apresentar as alegações finais, num contexto de tumulto processual, com o escopo de retardar a ação penal, a fim de postergar a prolação da sentença e se conseguir obter a consumação do prazo prescricional, o que, no caso, ocorreu. Ademais, em nenhum momento o Advogado trouxe qualquer justificativa para deixar de ter praticado o ato processual.

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso ordinário.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora